

O estouro das contas estaduais

7 SET 1996



Acordo que se desenha implicará um grande subsídio do Tesouro

O desfecho de certas situações é mais do que previsível. Todo mundo sabe o que vai acontecer. A maioria dos analistas sabia, por exemplo, que os Estados brasileiros trilhavam o caminho da insolvência financeira, pelo menos desde o final de 1995. Quando Alagoas esteve sob a ameaça de intervenção federal por não pagar salários ao funcionalismo, incluindo o Judiciário, ficou claro que estava aparecendo apenas a ponta do iceberg. Alguns dias depois do colapso alagoano, o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar (PSDB), foi ao Ministério da Fazenda pedir moratória de seis meses para os débitos do Estado. Foi seguido por outro tucano, o governador de Sergipe, Albano Franco. Na quarta-feira, o Ministério da Fazenda anunciou uma moratória de 90 dias para as dívidas de "natureza financeira" dos Estados.

É bom lembrar que, em 1991 e em 1994, os Estados renegociaram todas as suas dívidas contratuais com a União. Essas negociações envolveram débitos com a Caixa Econômica Federal (CEF), com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o Banco do Brasil (BB) e com todas as instituições financeiras oficiais. Os governadores se comprometeram a destinar 9% no primeiro ano e 11% nos anos posteriores de suas receitas líquidas para pagar essas dívidas. A lei 8.727, que sacramentou o último acordo, foi assinada pelo então ministro da Fazenda Fer-

nando Henrique Cardoso. E anunciada como a solução final para o endividamento dos Estados. Hoje é mais que visível que as duas renegociações não resolveram.

A história do endividamento dos governos estaduais é uma sucessão interminável de concessões feitas pelo governo federal sem a exigência de compromissos da parte dos devedores. A principal razão para o descalabro financeiro dos Estados é a irresponsabi-

lidade fiscal dos governadores, que se repete há décadas. Em 1995, todos eles concederam aumentos salariais para os funcionários públicos que depois não conseguiram pagar. Para tocar o dia-a-dia, foram obrigados a se endividar por meio de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) na rede bancária, pagando juros que chegaram a 6% ao mês! Além disso, contaram com a conivência do Senado, que aceitou rolar 100% das dívidas mobiliárias (em títulos) que estavam vencendo, incluindo os juros, mesmo existindo um dispositivo constitucional que proíbe os Estados de aumentar essas dívidas até 31 de dezembro de 1999 (artigo 5º da emenda constitucional nº 3, de 17 de março de 1993).

O descalabro financeiro atingiu o seu ponto máximo no ano passado, mesmo com um crescimento recorde das receitas estaduais. Entre julho de 1994 e setembro de 1995, as transferências constitucionais da União para os governos estaduais cresceram 15% em termos reais. E a arrecadação com o ICMS aumentou

28% também em termos reais. Mesmo assim, os governadores bateram à porta do ministro Pedro Malan, a procura de mais dinheiro. Diante das pressões, o governo anunciou um programa de ajuda. A Caixa Econômica Federal (CEF) foi autorizada a conceder empréstimos de emergência para que alguns governadores pudessem pagar suas folhas de salários — em alguns casos, como em Mato Grosso e Alagoas, atrasadas em vários meses — para programas de demissões voluntárias de servidores públicos e para refinanciar os empréstimos de ARO. Em troca dos empréstimos, os governadores seriam obrigados a fazer rigorosos ajustes fiscais. No total, a CEF emprestou mais de R\$ 2 bilhões.

Em abril deste ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso manteve uma reunião com todos os governadores. Ouviu um rosário de lamentações contra os juros altos. Os governadores queriam que o governo promovesse uma renegociação global das dívidas, nos mesmos termos do Plano Brady aplicado à dívida externa brasileira. Fernando Henrique Cardoso não disse nem sim nem não. Indicou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para discutir com os governadores uma solução definitiva. Até que essa solução surgisse, o BNDES anteciparia futuras receitas da privatização para que os Estados fossem fechando suas contas. Na época, Fernando Henrique pronunciou uma frase lapidar. "Eu vou lhes dar corda para maior enforcamento. É disso que se trata, é estender mais corda para que os Estados se enforcem."

O presidente argumentou que uma solução definitiva só viria com a redução dos gastos, principalmente salariais. "Ou se faz a reforma administrativa, e se cortam os gastos,

sobretudo com os salários, e se mudam os aspectos constitucionais que engessam a administração, ou os Tesouros acabam e os mandatos vão se esvaír numa incessante busca de soluções que não são soluções." Pediu o apoio dos governadores para a aprovação da reforma administrativa. Não conseguiu. A reforma administrativa continua dormindo nas gavetas do Congresso.

Qual foi o resultado de toda a ajuda da CEF e do BNDES para o ajuste fiscal dos Estados? Nos primeiros seis meses de 1995, os Estados e municípios registraram déficit operacional de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Nos primeiros quatro meses deste ano, último dado divulgado pelo Banco Central, o déficit operacional de Estados e municípios foi de 2,3% do PIB! Menos de dez meses depois da assinatura dos primeiros contratos com a CEF, os governadores do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul pediram e obtiveram moratória de 90 dias para o pagamento dos juros e do principal desses empréstimos. O Rio de Janeiro e Sergipe estão na fila. Ou seja, ninguém fez o dever de casa!

Na quarta-feira, o Ministério da Fazenda decide anunciar o que todo mundo desconfiava. Uma moratória de 90 dias para os serviços das dívidas de "natureza financeira" dos Estados. E o presidente muda de idéia e aceita a famosa negociação global que os governadores queriam. Antes mesmo de ver aprovada a reforma administrativa! O acordo que está se desenhando implicará um grande subsídio do Tesouro Nacional. Ou seja, o contribuinte é chamado mais uma vez a pagar a conta. Alega-se que, agora, os governadores seguirão um "rigoroso ajuste fiscal". A esperança é a última que morre.